

# PERCEBENDO O SAMBAQUI: simetria aplicada à gestão do patrimônio arqueológico em Joinville/SC

Beatriz Ramos da Costa\*

## Resumo

Por meio da aplicação de conceitos da teoria simétrica de Ingold foi realizado um esforço de compreender e sugerir soluções para a contínua depredação do espaço e das benfeitorias instaladas sobre o Sambaqui Morro do Ouro, aberto à visitação em 2012 com instalação do conjunto de praças chamado Parque da Cidade. O processo de implantação do Parque foi acompanhado pela equipe do Museu arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ em uma ação da Prefeitura Municipal de Joinville e alguns trabalhos de comunicação, reflexão e resultados de análises das intervenções realizadas durante o monitoramento arqueológico das obras foram apresentadas anteriormente. Para o presente propósito foram aplicados questionários em diferentes grupos pré-selecionados entre gestores responsáveis pela implantação do Parque e visitantes localizados em diferentes pontos do Parque. Constavam 20 perguntas sobre a relação da pessoa com o Parque (se já foi ao Parque, com que frequência vai até lá, com que objetivo, área preferida, o que mais se destaca), sobre a relação da pessoa diretamente com o Mirante e a área do sítio arqueológico e sobre a relação da pessoa com a arqueologia. As respostas apontam para diferenças entre discursos, expectativas e comportamentos de gestores e frequentadores. O principal fator identificado para compreender essas distinções foi o grau de escolaridade que deve ser entendido a partir da relação com a linguagem escrita. Aqueles com escolaridade compatível com nível superior ou mais, tem cerca de 15 anos de relacionamento estreito com a linguagem escrita. Tendo sido treinadas ao longo desse tempo a decodificar diferentes formas de linguagem escrita e a acreditar que o conteúdo dessas mensagens é relevante e deve ser lido, essas pessoas rapidamente identificam na paisagem esses elementos e os consomem.

Palavras-chave: Representação social; teoria simétrica; sambaqui Morro do Ouro.

---

\* Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Especialista em Geologia do Quaternário pelo Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal de Pelotas.

## Introdução

Os funcionários de carreira da Prefeitura Municipal de Joinville em especial aqueles lotados no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ têm por incumbência gerir o patrimônio arqueológico presente no município e em muitos casos intermediar a relação entre os diversos agentes que atuam sobre ele. Um dos desafios que se apresentam à equipe é a questão da relação, nem sempre harmoniosa, entre a população e os sítios arqueológicos localizados em áreas urbanas.

Nas próximas páginas serão apresentadas as reflexões sobre o que aconteceu com o sítio arqueológico Sambaqui Morro do Ouro após sua abertura à visitação pública com as obras do Parque da Cidade. Essas discussões vêm sendo apresentadas e amadurecidas em diversos eventos, entre eles o do Sistema Municipal de Museus de Joinville do ano de 2017. A principal contribuição aqui não será a apresentação de um conceito novo, mas a demonstração, por meio de dados quantitativos, da divergência entre os resultados esperados e aqueles de fato obtidos nas ações de gestão do patrimônio cultural. A partir dos conceitos teóricos de antropologia simétrica vamos falar um pouco sobre a paisagem (que pode receber algum adjetivo como: urbana, arqueológica, cultural etc.) e as relações construídas entre os diferentes atores identificados neste processo.

De um modo geral, a história do uso do conceito de paisagem costuma ser contada a partir das obras artísticas de pintores do século XVI que compunham suas obras criando imagens idílicas, notadamente Nicolas Poussin (1594 – 1665) e Salvatore Rosa (1615 – 1673) (GRÖNING, 2004). A relação das pessoas com um ambiente natural e agradável, de forma harmoniosa, é o registro das intenções daquele período na Europa. O afastamento entre humanos e natureza, resultado do pensamento iluminista e de uma urbanização cada vez mais generalizada, se expressa justamente na hora de registrar essa relação como sendo entre dois elementos absolutamente distintos: “humanos” e “natureza”.

Variando entre a representação de elementos considerados apenas naturais, como árvores, animais, rios, montanhas, nuvens; cenas nas quais pessoas interagem entre si e com esses elementos; e imagens onde figuram elementos tidos como plenamente antropizados, pode ser considerada paisagem uma gama de combinações, muitas vezes recebendo um segundo termo de apoio. Associados a esta ampla variedade e com a intenção de tentar ser mais preciso no que se quer significar podemos encontrar termos como paisagem urbana (i.e. MORAIS & MORAIS, 2001; BUENO, 2016), paisagem cultural (SILVA, 2014), paisagem histórica (CORDEIRO, 2007), paisagem social (SOUZA, 2007), etc.

Não é nenhuma novidade que o conceito de paisagem é abrangente e impreciso, talvez devido à natureza do que, de fato, ele tente representar. Nos estudos científicos, ela é alvo de diferentes campos do saber. Geologia, Geografia, Biologia, Arquitetura, Arte, cada campo com suas especificidades, desenvolveu discussões e princípios teóricos. Em comum parece estar a relação entre pessoas e um mundo que está além de seus corpos. A imprecisão parece estar presente desde essa primeira tentativa de definição. Paisagem é “aquilo que se abrange num olhar” (relacionado ao termo em inglês *land-scape*) ou abarca também os cheiros, texturas, temperaturas? Ou abarcaria ainda os aspectos imaginados, que aparentam estar no interior de nossas cabeças, registrados ou criados em nossas mentes? Ou seria alguma outra coisa?

Em arqueologia a paisagem tem sido tratada e pesquisada por meio de abordagens bem diferentes entre si. Na corrente processualista, a paisagem é entendida como uma fonte de recursos, em um conceito próximo ao de território, e seus estudos versam sobre fontes de matéria-prima, reconstituições de paleoambiente, padrões de assentamento e modificações antrópicas na paisagem. Os estudos de complexidade social, muito em voga na arqueologia científica até a década de 1990, utilizam combinações desses dados para fazer suas interpretações, sobretudo relacionadas aos sistemas agrícolas de irrigação. Poderíamos dizer que, enquanto essas abordagens tratam da paisagem como algo que existe “de fora para dentro” dos humanos, as abordagens de arqueologia cognitiva, e outras vertentes da corrente interpretativa ou posprocessual, procuram mostrar uma paisagem que se constituiria “de dentro para fora”. Atribuindo à paisagem a posição de “expressão de um sistema de significados culturais” (RENFREW, BAHN, 2008), a paisagem pôde ser entendida como a forma como as pessoas interpretam o mundo e atuam nele.

Uma das propostas clássicas da corrente interpretativa é a que se relaciona com a fenomenologia. Entendendo que o mundo ocorre em fenômenos e estes, por sua vez, são percebidos pelas pessoas através dos sentidos, esta abordagem fica no meio do caminho entre entender que o processo em relação à paisagem se dá “de dentro pra fora” ou “de fora pra dentro”. Ao mesmo tempo que as pessoas são assediadas por um mundo externo e recebem dele estímulos, elas têm padrões que são imaginados, têm reações mentais e emocionais. A partir desse processo de ser estimulado e olhar para fora a partir de padrões, os humanos vão se constituindo como pessoas. Isso ocorre em dimensão individual mas também coletiva, pois as interações se dão também entre humanos criando significados compartilhados socialmente.

Essa linha de pensamento poderia ser vislumbrada na narrativa de Renfrew e Bahn (2008), que, em um breve histórico do conceito, disseram que um primeiro movimento de interesse arqueológico foi no Renascimento por meio do reconhecimento de vestígios do passado, dando origem a análises de mapeamentos e registros. Esse movimento teria sido interpelado pelo movimento Romântico em fins do século XVIII, que teria acentuado as considerações estéticas e lúdicas da Paisagem, e pelo avanço da Geologia, que demonstrava que a “paisagem é o resultado final de alguns processos de transformação com frequência muito lentos” (RENFREW; BAHN, 2008). Vemos que os dois elementos de “transformação” do conceito que foram citados por eles são igualmente dinâmicos, e se apresentam como resultado de uma relação, e podemos entender isso como sendo relacionado ao conceito de fluxo de Ingold.

Apesar de entender que o processo de relação com o mundo é dinâmico e dialógico, resta ponderarmos se um dos “lados” (o de dentro ou o de fora) seria o mais preponderante. Existiria um mundo real que impacte os sentidos de uma forma incontestável? Ou o mundo é sempre visto/sentido/percebido por meio dos sentidos, mas a partir de uma mente que já é capaz de processar os dados que chegam e compreendê-los organizadamente? É precisamente esta a crítica de Tim Ingold (2000) a ambas as abordagens. Não sendo possível identificar o que vem primeiro, se o *input* de dados ou se o *software* para analisá-los, ele considera que a composição se dá justamente na relação entre elas.

Essa analogia computacional se refere principalmente às discussões levadas a cabo pela ciência cognitiva e pela antropologia cognitiva.

Enquanto cientistas cognitivos [...] têm se ocupado em descobrir universalidades da cognição humana, que são atribuídas a estruturas inatas estabelecidas no curso da evolução sob seleção natural, antropólogos cognitivos têm procurado dar conta da percepção humana e ação em termos de esquemas adquiridos ou programas que diferem de uma cultura a outra (INGOLD, 2000, p. 163, tradução nossa).

Ingold (2000, p. 164) dialoga com o argumento do antropólogo cognitivo Sperber (1985 apud INGOLD, 2000) de que quanto mais variações culturais existem, mais sofisticados seriam os sistemas de aquisição e estruturação dos dados. Nessa concepção, a aprendizagem ou a percepção funcionam como um input. Ele cita a concepção da psicologia ecológica de Gibson (1979 apud INGOLD, 2000) de que a percepção ocorre “não em uma operação da mente sobre a informação dos sentidos do corpo, mas no movimento intencional de todo o ser (corpo e mente indissolúveis) em seu ambiente”

(GIBSON; INGOLD, 2000, p. 166). A respeito da fenomenologia, Ingold discute Heidegger e Merleau-Ponty no sentido de defender a corporificação da percepção. O corpo não seria mais um objeto, ou um instrumento de percepção, mas sim o sujeito da percepção. Mas, por fim, defende que uma outra disciplina deve surgir para dar conta de entender a percepção, que engloba processos sociais e psicológicos. Essa seria uma disciplina que “estude como as pessoas percebem, agem, pensam, sabem, aprendem e lembram nos contextos de seu envolvimento mútuo e prático no mundo vivido”.

É possível observar diferentes formas de se relacionar com o mundo através de um conjunto de entrevistas realizadas em 2014 a respeito da relação de diferentes públicos com o sítio arqueológico Sambaqui Morro do Ouro. Esse sambaqui se localiza no município de Joinville, no litoral norte do estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, e sua área foi englobada pelo Parque da Cidade (Figura 1), que é um conjunto de praças abertas e quadras esportivas na região sul do município. Com a intenção de tornar o terreno do sambaqui visitável, pois até então ele era completamente cercado e não recebia manutenção de vegetação, a área recebeu algumas benfeitorias. Foram estabelecidas trilhas de acesso pelos flancos da elevação do sítio, fixadas por meio de placas de concreto depositadas sobre o solo que orientam o caminho. Foi também construída uma escada e um mirante no topo, de onde é possível avistar de forma ampla a cidade de Joinville.

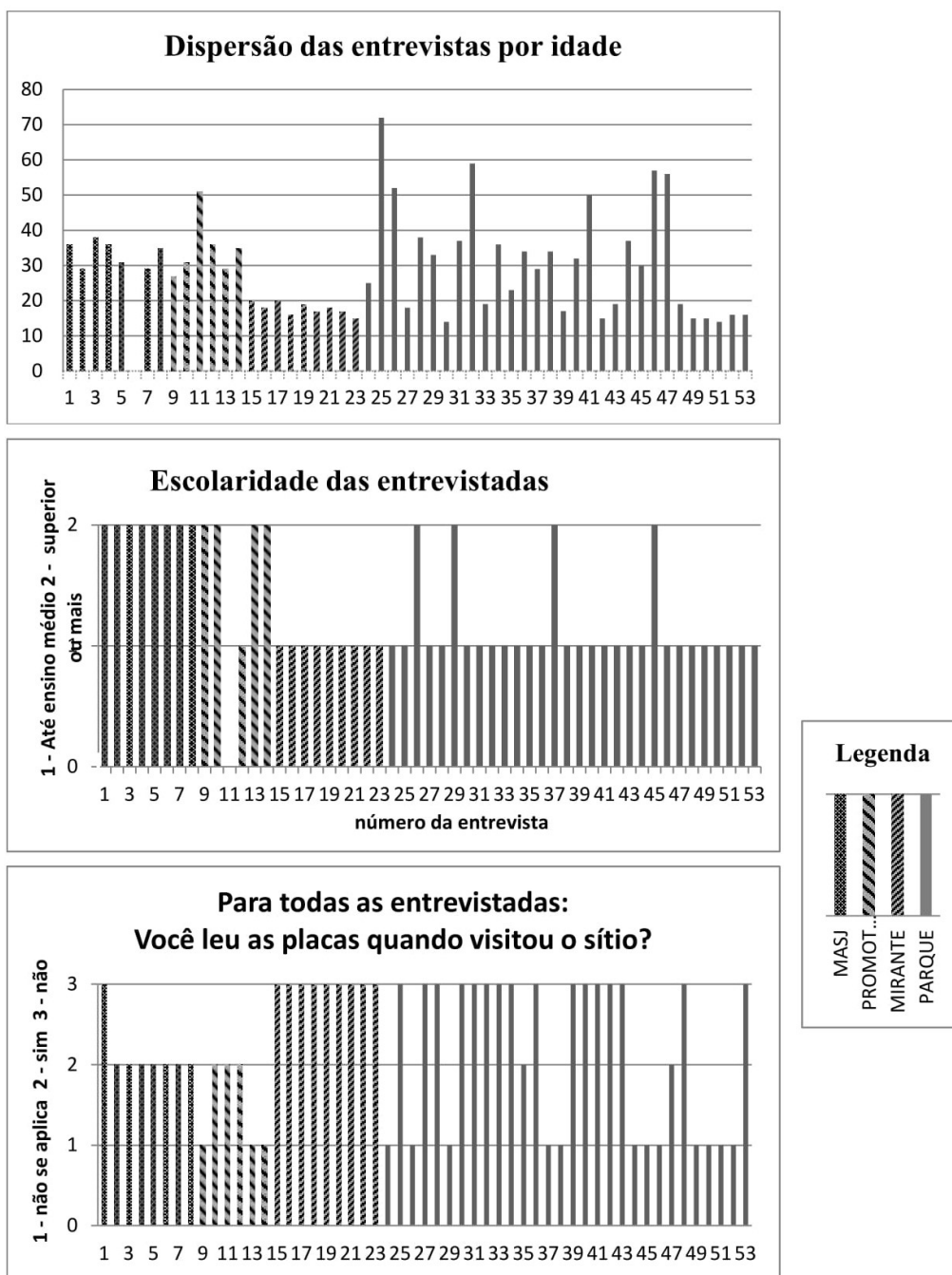
Após a implantação das benfeitorias e abertura do Parque, a equipe do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville fez um acompanhamento da área para verificar se a abertura à visitação traria resultados positivos ou negativos ao patrimônio arqueológico. Foi realizado um monitoramento, verificando recorrentemente pontos estratégicos considerados sensíveis. Os resultados desse monitoramento já foram apresentados em outras ocasiões (COSTA, 2013, 2012). De um modo geral, os elementos arqueológicos propriamente ditos foram mais bem preservados após essas intervenções: não foram mais registradas fogueiras nem esburacamento na área, as encostas da elevação do sítio não foram mais usadas de forma desordenada para acesso ao topo do sítio e a vegetação tem sido mantida em pequeno porte, evitando ação de raízes em profundidade. Entretanto, as próprias benfeitorias foram bastante danificadas pelos visitantes. Tábuas dos degraus da escada e da estrutura do mirante foram arrancadas, peças de concreto foram arranhadas e pichadas. É comum a prefeitura receber reclamações sobre a segurança na área, onde foram registrados assaltos. Durante as vistorias de monitoramento era comum a equipe do museu registrar refugio de assaltos, como carteiras e bolsas vazias.

Para entender como estava se dando a relação entre visitantes e a área, foi elaborado um pequeno projeto que contemplava a aplicação de um questionário de entrevista a alguns grupos pre-definidos e visitas críticas à área. Essas visitas críticas foram realizadas em conjunto com o pesquisador Samir Alexandre Rocha (2014).

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas ao final de 2014. Foram definidos alguns grupos com características específicas e diferentes entre si para que fosse possível comparar as distintas formas de relação com aquele espaço. Foram entrevistados os funcionários do MASJ (grupo 1), os técnicos da Fundação Turística de Joinville – Promotur (Grupo 2), visitantes que se encontravam no mirante sobre o sítio (grupo 3) e visitantes que se encontravam em outras áreas do Parque da Cidade (grupo 4). O total de 48 participantes foi distribuído da seguinte maneira entre os grupos: Grupo 1 – 8 entrevistas; Grupo 2 – 6 entrevistas; Grupo 3 – 9 entrevistas; Grupo 4 – 25 entrevistas (divididos em 2 grupos de 14 e 15 cada um, de acordo com as diferentes áreas do Parque em que se encontravam os participantes).

Observando a distribuição do número de entrevistas é possível fazer algumas observações interessantes. Primeiramente foram entrevistados todos os funcionários do MASJ e da PromoTur, o que totalizou 14 entrevistas, um contingente consideravelmente pequeno para um município de cerca de 500 mil habitantes. Considerando que Joinville possui em seu território pelo menos 41 sítios arqueológicos registrados, esse fato poderia ser revertido em renda e preservação através do turismo. Também é possível observar que, apesar de ter recebido incursões a campo nos mesmos dias, outras áreas do Parque eram muito mais frequentadas por visitantes do que o Mirante, sendo mais fácil encontrar pessoas aptas a serem entrevistados. Registramos que também foram entrevistadas pessoas que estavam ali a trabalho, como vendedores de pipoca e refrigerantes, bem como idosos que fruía seu tempo no Parque.

No Gráfico 1 A apresentamos a dispersão da idade dos entrevistados. Observamos que, enquanto os Grupos 1 e 2, que representam os gestores, apresentam uma certa homogeneidade de faixa etária em torno dos 30 anos, o Parque é, de fato, frequentado por pessoas de diversas idades. É interessante ressaltar que a área do mirante sobre o sítio propriamente dito é frequentado preferencialmente por jovens com menos de 20 anos.



**Imagem 1** - Gráficos de resultados à 3 das questões aplicadas

Foram realizadas 20 perguntas, tanto de múltipla escolha quanto de livre resposta. Elas versavam sobre a relação da pessoa com o Parque (se já foi ao Parque, com que frequência vai até lá, com que objetivo, área preferida, o que mais se destaca), sobre a relação da pessoa diretamente com o Mirante e a área do sítio arqueológico (se já foi até lá, o que mais se destacou, se leu as placas informativas) e sobre a relação com a

arqueologia (se sabe o que é um sambaqui e quantos sítios há na cidade, como entrou em contato com a informação e como gostaria de vê-la divulgada).

Observar alguns conjuntos de respostas é um exercício bem interessante. Por exemplo, apesar de quase todas as pessoas entrevistadas (94%) já terem ouvido falar em sambaquis (Gráfico 2 A), apenas pouco mais de 70% declararam saber o que é um sambaqui (Gráfico 2 B), e menos da metade sabia que havia mais de 40 destes sítios no município de Joinville (Gráfico 2 C). Notadamente as entrevistadas que tinham essas informações são aquelas pertencentes aos grupos de gestores.

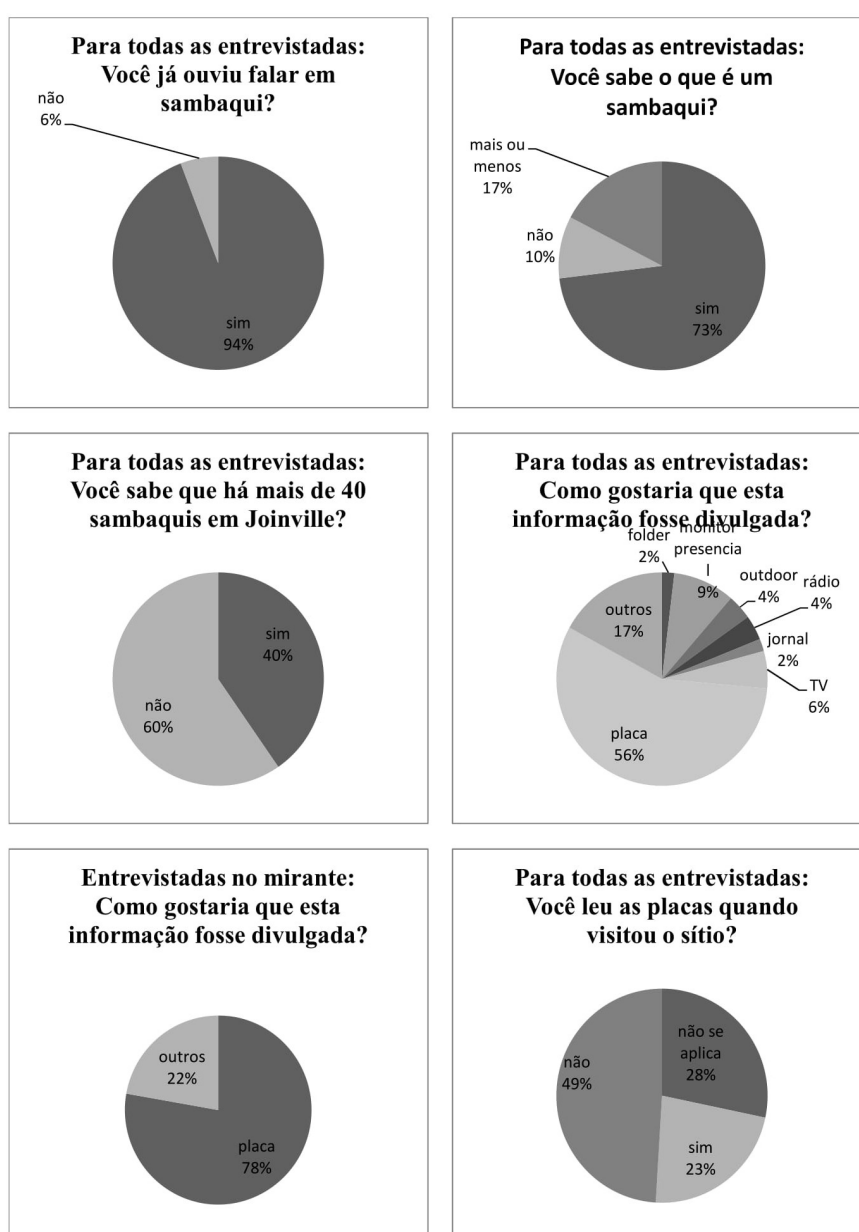


Imagem 2 - Gráficos de resultados à 6 questões aplicadas



Entretanto, é necessário registrar que pelo menos parte dessas informações estava à disposição dos visitantes no próprio local do sítio (Figura 1). Placas com textos informativos foram colocadas em alguns pontos de acesso ao mirante. A equipe de gestores (na qual a autora se inclui), na ocasião da realização das obras e benfeitorias, julgou que essa seria uma forma eficiente de transmitir as informações ao público visitante da área. Na verdade, essa também é a solução mais sugerida para a transmissão de informação pelo total de entrevistadas (Gráfico 2 D), incluindo, especificamente, aqueles que se encontravam no mirante no momento da entrevista (Gráfico 2 E).



**Figura 1** – Exemplo de duas das 7 placas dispostas na área do sítio arqueológico Morro do Ouro.

Entretanto, quando perguntadas se leram as placas já disponíveis no local quando visitaram o mirante, metade do total entrevistadas declarou não ter lido, mais de um quarto das entrevistadas nunca haviam ido ao mirante, e apenas 23% das entrevistadas declaram ter lido (Gráfico 2 F). Surpreendentemente TODAS as pessoas entrevistadas que estavam no próprio mirante declararam não ter lido as placas (dispensa gráfico), apesar de terem sugerido que as informações estivessem dispostas no sítio neste tipo de suporte.

Avaliando a distribuição das respostas a respeito da leitura das placas no local do sítio (Gráfico 1), podemos declarar que praticamente apenas as entrevistadas dos grupos de gestores leram as placas. Fato esse que merece destaque, mas também escrutínio. Por que será que as pessoas que frequentam o Parque não se interessaram em ler as placas? Por que algumas pessoas que vão ao Parque com frequência nunca foram ao Mirante do Sambaqui? Por que as placas, que é a solução mais indicada para a transmissão de informações, não foram lidas pelos visitantes?

Procuramos encontrar alguma correlação entre os dados fornecidos nos questionários para tentar entender esses acontecimentos. A faixa etária das entrevistadas já foi observada (Gráfico 1 A), e, apesar de haver características diferentes entre os grupos, quando se observa mais atentamente o grupo dos frequentadores do Parque, vemos que há pessoas de todas as idades, o que torna difícil explicar por que as pessoas não leram as placas ou não se interessaram.

Uma das sugestões de interpretação é a relacionada ao grau de escolaridade (Gráfico 1 B). Enquanto quase todas as entrevistadas (mais de 90%) do grupo de gestores cursaram nível superior ou mais, a situação se inverte quando observadas as declarações dos frequentadores do Parque: cerca de 90% das entrevistadas apresentavam escolaridade até o ensino médio.

A ideia de que a escolaridade é um fator relevante deve ser entendida a partir da relação com a linguagem escrita. As pessoas que declararam ter escolaridade compatível com nível superior ou mais tem, pelo menos, cerca de 15 anos de relacionamento estreito com a linguagem escrita. Tendo sido treinadas ao longo desse tempo a decodificar diferentes formas de linguagem escrita e a acreditar que o conteúdo dessas mensagens é relevante e deve ser lido, essas pessoas rapidamente identificam na paisagem esses elementos e os consomem.

Por que pessoas de diferentes origens colocadas na mesma situação reagirão de formas diferentes? É a pergunta que Ingold (2000, p. 157) tenta responder. A resposta se dá no sentido de uma combinação sempre original entre o aparato natural e as experiências, individuais e sociais. Entendendo os humanos como 'organismos/pessoas' (p. 4), ele sugere que a compreensão a essa questão somente seja possível com a desconstrução da separação em natureza/humanidade e em última instância entre eu/mundo. A grande questão é que não há um ponto de separação entre humanidade e natureza, os humanos são organismos. Também não há um ponto limite entre o Eu "self" e o mundo. Esse limite é construído, alterado, criado e reconhecido através da experiência do vivido. Do processo de viver do indivíduo e do coletivo.

Entendemos que viver no mundo nos cria. E nós agimos e reagimos neste mundo.

Ainda que o cientista, assim como qualquer outro, seja um ser-no-mundo, e a prática científica, assim como qualquer atividade de habilidade, desenha-se inconscientemente sobre o disponível. Assim mesmo a ciência, por mais desapegada e teórica que seja, ocorre contra um fundo de atividade envolvida. (INGOLD, 2000, p.169)

Enquanto gestores, fomos criados conceitual e fisicamente, e temos por conta desta posição uma função, neste caso justamente gerir o patrimônio arqueológico do município de Joinville. Consideramos que uma gestão significa manter aquilo que consideramos patrimônio protegido e que, ao mesmo tempo, possa ser usufruído.

Entendemos que a experiência de estruturação e abertura à visitação do Sambaqui Morro do Ouro obteve pleno êxito em relação à proteção do elemento arqueológico que ali se encontra. Não foram registrados nele danos diretos desde a abertura do Parque. Entretanto consideramos que o principal potencial de ação da arqueologia não está sendo aproveitado: o de mostrar, através de elementos presentes no mundo, que outras formas de construção social são possíveis; que o tempo e o espaço são compartilhados com outras formas de vida.

Mais do que “conhecer para proteger”, frase tão repetida nas discussões de educação patrimonial, desejamos que os visitantes conheçam para usufruir. Assim como é possível fazer mudanças de “dentro pra fora”, também é possível fazer de “fora pra dentro”. Acreditamos que inserções no espaço e na socialização serão capazes de alterar a forma como aquele espaço é percebido, e também a habilidade de percepção dos visitantes.

Sendo assim, sugerimos que algumas ações podem fazer as alterações desejadas: inserção em redes sociais; inserções na TV; conteúdo sobre arqueologia apresentado de forma escrita e não-escrita no local; visitas monitoradas periódicas.

Entretanto, a principal contribuição, seria um discurso que contemple exatamente aquilo que o conhecimento arqueológico pode, de fato, contribuir para tornar a vida das pessoas melhor: tolerância à diversidade de formas de vida, organizações sociais e de opiniões; convívio harmonioso com diversos elementos (humanos e não humanos).

## Referências

BUENO, B. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: SIG HISTÓRICO E MERCADO IMOBILIÁRIO. RECONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO (1809-1942) . In: INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SÃO CARLOS. XIV Seminário de História da Cidade e do urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX. 2016. p. 442 – 455.

CORDEIRO, S. L. *A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: a paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos*. 2007. 129 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologi, Universidade de São Paulo, 2007.

GRÖNING, G. A QUESTIONABILIDADE DO CONCEITO DE PAISAGEM. v. 8, 2004. ISSN 1516-4136.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*.

[S.l.]: Routledge, 2000. ISBN 0-203-77426-4.

MORAIS, J. L. de; MORAIS, D. de. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: A CIDADE NA PERSPECTIVA PATRIMONIAL. *Revista de Arqueología Americana*, n. 20, p. 81-110, Janeiro - Dezembro 2001.

RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueología: conceptos clave. [S.l.]: Akal, 2008. ISBN 978-84-460-2590-0. ROCHA, S. A. ARQUEOLOGIA, FENOMENOLOGIA E PAISAGEM: UMA COMPREENSÃO SOBRE O SAMBAQUI MORRO DO OURO, JOINVILLE (SC). 2014. 87 p. Monografia (Especialização em Arqueologia) — Univille.

SILVA, J. F. T. M. da. *Uma abordagem do conceito de paisagem cultural em Arqueologia Pré-histórica Da percepção ao conhecimento*. 2014. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade do Porto, 2014.

SOUZA, M. A. T. de. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 1, n. 1, Janeiro-Junho, 2007.